



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao**  
**Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010243-49.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Responsabilidade do Fornecedor**  
 Requerente: **MARIA JOSÉ FERREIRA LIMA**  
 Requerido: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS - SAAE**

Justiça Gratuita

### CONCLUSÃO

Em 24 de abril de 2015, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, **Dra. GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Mirian Cury, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de **Ação Declaratória de Inexistência de Débito** proposta por **MARIA JOSÉ FERREIRA LIMA** contra o **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos – SAAE**, sob a alegação de que lhe foi cobrado um consumo exorbitante de água no valor de R\$ 17.611,15 (dezessete mil, seiscentos e onze reais e quinze centavos), durante o período em que seu imóvel esteve locado para **DAIANE MARTINS DIAS**. Aduz que a locatária, em agosto de 2013, deixou de efetuar os pagamentos dos aluguéis, bem como de quitar as contas de consumo de água e coleta de esgoto, motivo pelo qual procurou pelo requerido e solicitou o corte no abastecimento de água no imóvel. Com a inicial vieram os documentos de fls. 9/22.

O SAAE foi devidamente citado e apresentou contestação (fls. 35/43), alegando, preliminarmente, carência da ação, pela ilegitimidade ativa. No mérito, sustenta que houve desperdício de água;; que não possui o controle da torneira e demais pontos de saída de água do imóvel da autora, sendo devido o valor cobrado. A contestação foi instruída com os documentos de fls. 44/56.

### É O RELATÓRIO.

### PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta julgamento antecipado, pois as questões fáticas foram



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

comprovadas documentalmente, sendo desnecessária a dilação probatória.

Acolho, em parte, a preliminar de ilegitimidade ativa, pois a autora cobrou, em ação que teve trâmite na 5ª Vara Cível local, da locatária Daiane Martins Dias, o valor das contas de água do período de março a dezembro de 2013, alegando que alugou o imóvel a ela em 01/06/12, que o teria desocupado em 05/06/14, conforme constou da sentença (fls. 19/21). A obrigação pelo pagamento da conta de água é devida por quem consumiu os serviços, no caso, a locatária, no período cobrado, tanto que foi condenada ao seu pagamento (50%, pois o hidrômetro servia a dois imóveis). Assim, quanto ao pedido de inexigibilidade, relativo ao período de outubro/2013 a dezembro de 2013, determino a extinção do processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, VI do CPC, prosseguindo-se em relação ao período de janeiro a setembro de 2014 (não abrangido pela sentença). Quanto a este, a autora comprovou a sua legitimidade ativa, tanto que obteve provimento favorável, através de sentença, em ação de despejo por falta de pagamento cumulada com cobrança (fls. 19/21). Por sua vez, o requerido é o responsável pelo abastecimento de água e coleta de esgoto no Município de São Carlos, sendo inconteste sua legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda.

O documento de fls. 54 demonstra que, nos meses anteriores a outubro de 2013, o consumo nunca ultrapassou 39m³ ou o valor de R\$ 192,49. Ainda de se mencionar que embora a locatária tivesse desocupado o imóvel em 05/06/2014, conforme constou da sentença, quando ainda apurado um consumo de 30m³, mesmo após a desocupação do bem, nos dois meses subsequentes o consumo continuou praticamente igual, registrando 30m³ no mês de julho de 2014 e 28m³ no mês de agosto de 2014, tendo havido o corte no abastecimento apenas em setembro de 2014.

Ainda que não se tenha apurado administrativamente falha no medidor ou algum vazamento, até porque o requerido recusou-se à proceder a qualquer aferição no medidor, e até mesmo à revisão das contas de consumo (fls. 52), fuge à razoabilidade atribuir à autora um consumo tão fora dos patamares usuais, mormente em se considerando que se trata de imóvel simples, de pequenas proporções (fls. 18).

O serviço prestado no imóvel da requerente é indiscutivelmente de natureza consumerista, considerando que quem o utiliza (fornecimento de água/esgoto) o faz como destinatário final, possuindo o requerido a natureza de fornecedor de serviços, a teor do disposto no art. 3º, do CDC.

Além disso, a autora é parte hipossuficiente na relação de consumo, possuindo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

desconhecimento técnico e informativo do serviço prestado, razão pela qual a inversão do ônus da prova é medida de justiça.

O requerido não fez nenhuma prova de que houve desperdício de água na unidade consumidora, decorrente de algum fato extraordinário, sendo certo que, como já assinalado, a inquilina desocupou o imóvel em 05/06/14 e, mesmo vazio, houve o registro do consumo no período subsequente, até o corte no fornecimento.

Assim, não pode a autora sofrer as consequências pelo consumo excessivo registrado, ficando sem o correspondente abastecimento de água e coleta de esgoto em seu imóvel, por motivos que fogem à sua responsabilidade.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil, e procedente o pedido, para declarar inexigível o valor cobrado no janeiro a setembro de 2014 (fls. 16), para os quais a autarquia deve emitir novas faturas, pelo consumo mensal relativo à média dos seis meses anteriores a outubro de 2013.

Condeno o requerido a arcar com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), estando isento de custas, na forma da lei.

P.R.I.

São Carlos, 04 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**